



**Comissão Nacional
Eleitoral • ANGOLA**

DIRECTIVA Nº 03/CNE/2012

**Procedimentos e modalidades práticas do processo de
credenciamento dos delegados de lista dos Partidos
Políticos e Coligações de Partidos**

LUANDA

JUNHO – 2012

Gabinete do Presidente

DIRECTIVA Nº 03/CNE/2012

DE 07 DE JUNHO

A Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais consagra o direito de fiscalização pelos Partidos Políticos ou Coligações de Partidos Políticos dos actos de votação, cabendo à Comissão Nacional Eleitoral o Credenciamento dos Delegados de Listas.

Considerando a necessidade de se orientar os procedimentos e as modalidades práticas do processo de credenciamento;

Usando da faculdade que é conferida pela alínea g) do Artigo 13º da Lei n.º 12/12 de 13 de Abril (Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento da Comissão Nacional Eleitoral), o Plenário da Comissão Nacional Eleitoral aprova:

§ 1º

A CNE informa aos Partidos Políticos e Coligações de Partidos o número de cadernos eleitorais e de mesas de voto e simultaneamente entrega as respectivas fichas para credenciamento.

§ 2º

Após a referida comunicação e entrega de fichas, os Partidos Políticos e as Coligações de Partidos Políticos concorrentes comunicam aos CMEs os nomes dos respectivos delegados de lista e seus suplentes para cada Assembleia de Voto, **até ao dia 31 de Julho**;

§ 3º

Em cada mesa de voto só permanece um delegado ou o suplente indicado por cada uma das listas concorrentes;

Gabinete do Presidente

§ 4º

As fichas são preenchidas conforme modelo aprovado pela directiva 02/CNE/2012 de 07 de Junho;

§ 5º

A CME remete às candidaturas, **até ao dia 21 de Agosto**, uma lista confirmando a identificação e registo dos delegados de lista, efectivos e suplentes, as respectivas credenciais (aprovadas pela Directiva 02/CNE/2012 de 07 de Junho) e os braçais a utilizar no dia da eleição;

§ 6º

Findo todo o processo de identificação e credenciamento, a CNE publica em três dos jornais mais lidos do País, durante três (3) dias, os nomes dos delegados de lista indicados para cada município;

§ 7º

A CME afixa **até 72 horas** da votação e no local da votação, os nomes dos respectivos delegados de lista;

§ 8º

A falta de indicação de delegados ou a sua não comparência devidamente credenciado, presume-se imputável à candidatura respectiva e não afecta a validade do trabalho da mesa de voto;

§ 09º

Os elementos de identificação (cartão e respectivo braçal) devem estar visíveis e são de uso obrigatório.

§ 10º

A ausência dos elementos identificadores impede a entrada e permanência nos locais de votação.

Gabinete do Presidente

§ 11º

As dúvidas e omissões que se suscitem na interpretação e aplicação da presente Directiva são resolvidas pelo Plenário da Comissão Nacional Eleitoral.

Luanda, 07 de Junho de 2012

P'lo Plenário



Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa
(Presidente Interino)